



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Democracia e dependência no Brasil: notas sobre um naufrágio anunciado

*Democracy and dependence in Brazil: notes on an announced shipwreck***Inez Stampa¹**orcid.org/0000-0003-3770-1129
inezstampa@gmail.com**Vicente A. C. Rodrigues²**orcid.org/0000-0002-7628-8085
vicenteacr@yahoo.com.br**Recebido em:** 26/10/2023.**Aprovado em:** 26/10/2023.**Publicado em:** 27/11/2023.

Resumo: O artigo realiza uma reflexão sobre a democracia brasileira tendo em conta a situação de dependência do país, valendo-se, para tanto, de revisão bibliográfica e de análise de fontes primárias. A Teoria Marxista da Dependência foi a base teórica central eleita para a análise proposta. Na sociabilidade capitalista, a ideia da democracia revela uma contradição inescapável e sistêmica, pois os direitos não podem servir a desígnios diametralmente opostos. Esse quadro, que assume contornos cada vez mais dramáticos neste início de século XXI, mesmo no centro do sistema capitalista, é radicalizado no sul global empobrecido, evidenciando uma relação de unidade, mas, ao mesmo tempo, de antagonismo, estabelecida entre as economias dos países centrais e as dos países periféricos.

Palavras-chave: democracia; democracia liberal; Teoria Marxista da Dependência; América Latina; Brasil.

Abstract: The article reflects on Brazilian democracy taking into account the country's situation of economic dependence, using, for this purpose, a bibliographical review and analysis of primary sources. The Marxist Dependency Theory was the central theoretical basis chosen for the proposed analysis. In capitalist sociability, the idea of democracy reveals an inescapable and systemic contradiction, as rights cannot serve diametrically opposed purposes. This situation, which takes on increasingly dramatic contours at the beginning of the 21st century, even in the center of the capitalist system, is radicalized in situations where so-called economic dependence takes shape, in the impoverished global south.

Keywords: democracy; liberal democracy; Marxist Dependency Theory; Latin America; Brazil.

Introdução

O presente artigo busca realizar uma reflexão sobre a democracia brasileira que leve em conta a situação de dependência econômica do país, valendo-se, para tanto, de revisão bibliográfica e de análise de fontes primárias. A Teoria Marxista da Dependência foi a base teórica central eleita para a análise realizada.

A articulação entre esses temas ganha importância porque não são poucos os elementos a indicar que o processo de decomposição da democracia liberal, no Brasil e no *mundo democrático*, atingiu novos patamares neste início de século XXI. Esse processo, cujos elementos centrais já vinham sendo sugeridos desde os anos 1980, mas que foram aprofundados com a crise capitalista a partir dos anos 2008, tem as suas expressões mais visíveis na erosão de direitos, no aumento da vigilância



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

estatal por novos meios digitais, no processo de precarização de grandes massas de trabalhadores e no ressurgimento de uma direita de tipo abertamente fascista ou criptofascista.

Ao mesmo tempo, nenhuma das teorias justificativas da democracia liberal, incluídas aquelas que ganharam impulso após a Segunda Guerra Mundial, oferecem o instrumental analítico necessário para um entendimento mais profundo do que ocorre em nossas *sociedades democráticas* ocidentais contemporâneas, seja na perspectiva de Bobbio (1984), que elaborou uma concepção eminentemente procedimental, que cuida menos da substância ou dos resultados da democracia, e mais da forma como o regime deve ser operado, seja na visão de autores mais recentes e, possivelmente, de maior expressão nos debates democráticos atuais, como Schumpeter (1961)³ e Dahl (1997)⁴, ou, ainda, naquelas derivadas do pensamento de Habermas (1997), que propõem a recuperação de tradições deliberativas em face de sociedades modernas cada vez mais complexas e plurais.

Essa incapacidade analítica tem origem no ponto de partida comum dessas teorias: uma visão triunfal do neocontratualismo burguês que permeia as concepções democráticas ocidentais e que orienta a atuação do Estado para que a luta de classes seja negada, ocultada ou simplesmente ignorada. Nos países ibéricos e latino-americanos, Brasil incluso, a difusão dessas teorias democráticas foi operada, principalmente, a partir da segunda metade dos anos 1970, o que, não por coincidência, deu-se no mesmo

período em que as ditaduras latino-americanas e os regimes fascistas de Portugal e Espanha completavam seus arcos transicionais em direção a democracias representativas: Espanha (1975), Portugal (1976)⁵, Argentina (1983), Uruguai (1985), Brasil (1988), Chile (1990) (STAMPA; RODRIGUES; GOMES, 2021). Novas ideias para um novo período de transformações políticas e econômicas, que Mearsheimer (2018) denominou, em sua obra *The Great Delusion*, de período da *hegemonia liberal*⁶.

Na sociabilidade capitalista, contudo, a ideia da democracia como produto da soberania de indivíduos e, ao mesmo tempo, como palco efetivo de violação e supressão de direitos, revela uma contradição inescapável e sistêmica, pois os direitos não podem servir a desígnios diametralmente opostos: a garantia da vida humana em condições dignas e, ao mesmo tempo, a superexploração de tantos seres humanos em detrimento dos interesses de uma minoria de super-ricos. Esse quadro, que assume contornos cada vez mais dramáticos mesmo no centro do sistema capitalista, é radicalizado nas situações em que se configura a chamada dependência econômica, no sul global empobrecido, como será visto adiante.

Afinal, de que democracia se fala quando se trata da inviabilidade dos direitos no âmbito de uma sociedade que reclama o *Estado de Direito*? Certamente, o que está em cena é um tipo de democracia procedimental, não emancipatória, de viés individualista e, portanto, a serviço de um modelo específico de sociedade.

³ Para Joseph Schumpeter (1883-1950), cientista político e economista austríaco, a democracia é, em síntese, um procedimento de escolha dos dirigentes políticos (MONTEIRO; MOURA; LACERDA, 2015), isto é, por meio da democracia é que são definidas as regras para a escolha de líderes aos quais competiriam as verdadeiras decisões políticas que garantiriam ou não o bem comum da comunidade que os escolheu, numa concepção próxima à idealização do mercado econômico sob o capitalismo, no qual bons e maus produtos convivem em concorrência e são escolhidos pelo público consumidor.

⁴ Robert Dahl (1915-2014), cientista político norte-americano, desenvolve e sofisticou o modelo de democracia competitiva a partir da noção de poliarquia (governo de muitos), procurando identificar diferentes graus de democratização nas sociedades industriais a partir da análise da participação no processo eleitoral, da variedade de candidatos, do acesso à informação e da liberdade associativa, entre outros elementos. Além de buscar maior inclusão no jogo democrático em comparação com a perspectiva schumpeteriana, a teoria de Dahl está vinculada às colocações de Max Weber acerca da institucionalização do Estado racional-burocrático no contexto do desenvolvimento do sistema capitalista de produção (MONTEIRO; MOURA; LACERDA, 2015), em particular no que se refere à preocupação weberiana de controlar a força das camadas burocráticas do Estado.

⁵ Portugal sofreu uma experiência singular, uma vez que, com a derrubada do regime de Antônio Salazar (1933-1968) e de seu sucessor Marcelo Caetano (1968-1974), o ano de 1975 marcaria o chamado Processo Revolucionário Em Curso (PREC), de grande agitação social e tendência socialista, após o que, afinal, foi estabelecida uma democracia representativa de livre mercado.

⁶ Mearsheimer, um dos principais formuladores da chamada Escola Realista estadunidense, é um crítico do que denomina de *hegemonia liberal*. Para ele, o *liberalismo* se tornou hegemônico na política internacional a partir da queda da União Soviética e levou a desastrosos experimentos de engenharia social, como a tentativa de estabelecer democracias de tipo ocidental no Iraque e no Afeganistão.

Dependência e democracia

No caso específico da democracia que surge no Brasil pós-ditadura militar (1964-1985), é sempre oportuno apontar que essa construção não foi de ruptura. Ela esteve e está organicamente vinculada à formação elitista da sociedade brasileira, cabendo ao Estado assumir a função de benigno policial que, supostamente, protege os direitos, deixando ao mercado capitalista a construção da *liberdade*. Criticar esse construto ideológico não implica, obviamente, avaliar uma compreensão relativista das autocracias, ou de se negar o papel da democracia como agente indutor de certos ganhos sociais, mas, pelo contrário, de discutir os limites e insuficiências de análises que pretendem entender a democracia a partir de si mesma.

Sempre ajuda lembrar que, em Marx e Engels (1984), antes do enfrentamento da política como superestrutura, há um investimento anterior sobre a própria existência da fonte da qual emanam os comandos, as regulações na sociedade capitalista. A crítica de Marx se dirige desde as primeiras formas de Estado até o Estado moderno capitalista, inclusive na sua forma mais desenvolvida, a *democrática*. Na obra *A ideologia alemã*⁷, encontramos, de maneira mais explícita e desenvolvida, a crítica da política enquanto tal. O ponto de partida de Marx e Engels (1984) é a afirmação de que o Estado não pode ser compreendido como um ser autônomo, mas apenas a partir de sua base real, ou seja, das relações sociais que formam a base da existência humana em cada período, isto é, do modo de produção da vida, que tem como base a produção da vida material e as lutas de classes daí decorrentes.

O Estado e a política *democrática* articulam-se, no pensamento marxista, no sentido de frear determinadas lutas sociais, mas essa equação não é direta e nem tão simples. Implica dominação pelo direito *democrático*, já que o direito implica necessariamente a contenção orgânica do Estado

(limites ao arbítrio) e a suposta salvaguarda dos bens e interesses dos dominados, sempre dentre uma perspectiva burguesa.

A crítica ao Estado, à política e ao direito, no contexto deste artigo, faz-se necessária porque a prática exercida com a inauguração da democracia pós-1988, no caso do Brasil, não se coaduna com o ideal de promoção, resguardo e defesa dos direitos dos homens e mulheres que têm seus direitos violados ou suprimidos em decorrência das práticas políticas realizadas pelas elites dependentes que detêm o poder real (e o aparelham nos três poderes). Essa constatação não perde sua validade mesmo quando confrontada com o risco representado pela ascensão de movimentos que, justificadamente ou não, assustam e empurram os setores sociais mais à esquerda a buscar nessa mesma democracia liberal uma espécie de tábua de salvação ao avanço espetacular de movimentos ultraconservadores e antidemocráticos.

Os procedimentos técnico-normativos da *democracia* burguesa implicariam, necessariamente, a melhoria das condições de vida (condições reais) da população que só dispõe de sua força de trabalho para a sobrevivência, o que já seria a garantia de condições fundamentais para a existência. Na realidade, muito distante ela se encontra da soberania popular, e da condição necessária de cidadania para que a democracia, de direito e de fato, se efetive. Não se trata, repita-se, de equalizar democracia à autocracia ou a ditaduras militares que varreram a América Latina, mas de não se deixar levar pelo canto de *Ligeia*, a sereia de doce sonoridade, de que as normas e procedimentos democráticos bastam-se por si só, como se encerrassem a discussão sobre a questão democrática e, em particular, sobre o conteúdo das democracias capitalistas. Não são sequer um bom ponto de partida, quanto mais de chegada.

Nessa direção, parece-nos oportuno resga-

⁷ *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*: primeiro livro escrito conjuntamente por Karl Marx e Friedrich Engels, mas não o primeiro a ser publicado pela dupla. O objetivo fundamental da obra é fazer uma crítica aos *juvens hegelianos*, principalmente os filósofos Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner, como produtores de uma ideologia alemã conservadora, apesar de se autodenominarem teóricos revolucionários. A elaboração do manuscrito foi concluída em 1846, mas foi publicada postumamente, em 1933.

tar o pensamento do cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini, com destaque para as suas formulações no âmbito da chamada *Teoria da Dependência*, também denominada, nessa vertente, de *Teoria Marxista da Dependência*.

Tal escolha não é fortuita. A produção teórica de Marini oferece um modelo explicativo que, apesar de sua natureza preliminar ou introdutória – como admitido pelo próprio autor – contribuirá para a nossa compreensão sobre o comportamento da democracia brasileira no contexto do sistema internacional de produção capitalista e, ainda, de forma articulada à realidade nacional atual, exatamente pela manutenção de determinadas condições econômicas, sociais e políticas que permeiam a realidade do país e da região geopolítica na qual ele está inserido, a América Latina.

Na análise dos problemas relativos ao desenvolvimento da América Latina e, por conseguinte, na análise dos problemas do desenvolvimento do Brasil, Marini busca estabelecer uma análise dialética, na tradição marxista, de unidade e antagonismo, para compreender a relação estabelecida entre as economias dos países centrais e as dos países periféricos. Isso é feito a partir de uma reanálise dos postulados apresentados, no início dos anos 1950, pelos intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁸ e do ensaio Desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1966), especificamente no que toca a relação centro-periferia no desenvolvimento do capitalismo internacional.

Ao contrário dos intelectuais da CEPAL, que, em síntese, compreendiam o subdesenvolvimento como uma expressão da industrialização insuficiente na periferia do sistema e, consequentemente, como um desequilíbrio causado pela diferença no valor de troca entre bens industriários, produzidos pelo centro desenvolvido, e bens primários, exportados pela periferia sub-

desenvolvida, Marini enxergava o subdesenvolvimento dos países latino-americanos na linha adotada por Frank, isto é, como um fenômeno que carregava “uma unidade de contrários na sua essência” (MESENTIER, 2012, p. 11). Marini aceitava, portanto, o postulado da CEPAL de que a desigualdade de desenvolvimento capitalista tinha sua origem na troca desigual entre o centro e a periferia, mas, ao mesmo tempo, destacava que, em seu âmago, a troca desigual trazia um *segredo*: subdesenvolvimento e desenvolvimento estabeleciam entre si uma relação contraditória, complementar e necessária para o sistema.

Para tanto, as economias subdesenvolvidas deveriam cumprir uma função determinante na dinâmica de acumulação das economias desenvolvidas. Tomando sempre por base a realidade latino-americana, Marini (2011, p. 132) relembra que o desenvolvimento histórico da região e sua integração à economia global deu-se “em estreita consonância com a dinâmica com o capitalismo internacional” desde que foi instituída como “colônia produtora de metais preciosos e bens exóticos”, até a subordinação das estruturas econômicas dos países latino-americanos independentes às economias centrais europeias, com o triunfo mundializado do capitalismo no século XIX e da divisão internacional do trabalho.

Dito isso, observe-se que, na primeira fase da história latino-americana após a chegada dos europeus, que coincide com os séculos XVI a XVIII, as colônias mantiveram duas funções principais no comércio internacional. A primeira foi a produção de gêneros agrícolas e exóticos⁹, nativos ou adaptados pelo colonizador, levando a um aumento na variedade e volume dos produtos negociados no mercado internacional e auxiliando a acumulação de capital comercial no centro do sistema. A segunda, a produção de metais preciosos, que levou ao aumento da oferta de meios de pagamentos no continente europeu,

⁸ Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países da América do Sul e Caribe. Teve como integrantes diversos intelectuais de destaque, como o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e o economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004). A chamada *escola cepalina* partia de uma análise estruturalista para compreender o mundo de acordo com a divisão internacional do trabalho, dividido em dois polos antagônicos, o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. Os intelectuais da CEPAL destacavam a deterioração dos meios de troca entre o centro e a periferia como a principal causa do atraso econômico na América Latina.

⁹ Por exemplo, urucum, cacau, guaraná, cravo, canela, castanha, pimenta, baunilha etc., que assumiam alto valor no comércio europeu.

contribuindo decisivamente para a acumulação de capital bancário na Europa.

Essa segunda fase coincidiu com o deslocamento da acumulação primitiva de Portugal e Espanha para os centros bancários da Holanda e, posteriormente, para os centros manufatureiros e bancários da Inglaterra, levando à superação das bases econômicas que sustentavam o pacto colonial, implicando a decadência dos impérios ibéricos e modificando as condições reais nas quais estava sustentado o *exclusivo metropolitano* na América Latina. A dominação secular de Espanha e Portugal na América Latina, mantida com a ajuda de um enorme complexo cultural, político e religioso, desmanchou-se no ar diante das manufaturas inglesas.

Para Marini (2011, p. 134-135), um dos elementos mais notáveis desse período de transição é o fato de que as relações dos países recém-independentes com os centros capitalistas europeus "se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região". É a partir desse período, portanto, que o autor observa a configuração da dependência, a qual entende como "uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência" (MARINI, 2011, p. 134-135).

Em consonância com a tradição marxista, na obra de Marini essa mudança assume importância porque é nesse momento em que é possível observar a elevação extraordinária da produtividade do trabalho por meio do progresso técnico, não dependendo mais o capitalista exclusivamente do aumento da intensidade ou extensão da jornada de trabalho. A partir de então, os ganhos de produtividade poderiam ser adquiridos também a partir da produtividade adicional gerada pela máquina. Com isso, o capital industrial passou a reinar absoluto no centro da acumulação, com reflexos não somente para o funcionamento das estruturas econômicas da Europa e América Latina, mas, igualmente, para a conformação

do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho.

O capitalismo, afinal, é um sistema que produz globalmente determinadas formações econômicas sociais que não podem ser adequadamente compreendidas de forma isolada. Isto é, somente a análise da lógica global do sistema permite a compreensão efetiva de suas formas particulares ou localizadas e, ao mesmo tempo, é o estudo dessas formas que permite entender o sistema global. Assim, em lugar de países *bem-sucedidos*, como aqueles da Europa Ocidental, os Estados Unidos (EUA), além de uma diminuta parcela de países asiáticos, com economias dinâmicas e evoluídas, e países *malsucedidos* – praticamente, o resto do mundo –, caracterizados por formas pré-capitalistas ou insuficientemente capitalistas, a sociabilidade capitalista constituiu-se através de uma economia mundial que instituiu uma divisão internacional do trabalho de natureza monopolista e altamente hierarquizada, baseada em formas diversas, mas complementares de especialização produtiva, e que se reflete em vultosas transferências de excedente e de mais-valia no sentido periferia-centro.

De fato, a América Latina politicamente independente continuou a proporcionar um excedente de alimentos que permitiu a especialização industrial no centro. Pela oferta de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, foram amenizados os reflexos contraditórios da expansão capitalista nos países centrais, a partir de um processo que contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais, e que implicou, para os países latino-americanos, "efeitos rigorosamente opostos" (MARINI, 2011, p. 147), consubstanciados na radicalização da questão social na região. Nesse sentido, opera-se uma mudança de qualidade observável na transformação da economia regional, que ultrapassa a "mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais" (MARINI, 2011, p. 139).

É razoável que se indague, contudo, por que as elites econômicas latino-americanas persistiram nessa *vocação* de produtora de bens primários,

submetendo-se a trocas cada vez mais desiguais, uma vez que o aumento da oferta mundial de bens primários é acompanhado pela tendência histórica de queda dos preços desses bens em relação a bens industriários. Descartando as explicações mais simplórias, como a simples referência à lei da oferta e da procura, Marini (1972, p. 150, tradução nossa) também refuta o empirismo “de que as leis mercantis têm sido falseadas no plano internacional, graças à pressão diplomática e militar por parte das nações industriais”.

Isto é, os fatores extraeconômicos devem ser compreendidos, na verdade, como reflexos de uma base econômica real que os tornam possíveis.

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala (MARINI, 1972, p. 150, tradução nossa).

A formulação acima nos parece particularmente importante para que possamos refletir sobre a democracia no Brasil de hoje, ao conduzir a uma análise mais profunda sobre a natureza desse regime, tanto no que se refere à forma jurídica que assume quanto ao seu efetivo funcionamento, uma vez que nos permite descortinar os fundamentos reais de sua existência e utilidade para o sistema capitalista.

Como apontou Marx (1998) em *O Capital*, o mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente a sociedade às suas diretrizes¹⁰. Assim, o fundamento de *Dialética da Dependência* (escrito em 1973) reside, sobretudo, na afirmação de que o capitalismo é marcado pela desigualdade no desenvolvimento centro-periferia, que tem por origem trocas econômicas desiguais. Segundo essa perspectiva, após o período

colonial, as estruturas produtivas das economias latino-americanas foram organizadas de tal forma que não podem mais ser explicadas sem que se recorra ao entendimento da acumulação de capital das economias centrais. E essa relação, ao mesmo tempo de complementaridade e de antagonismo, é a manifestação da dependência.

Essa nova fase do par dialético desenvolvimento/subdesenvolvimento, que Marini e outros teóricos da Escola da Dependência denominaram de economia dependente, foi subdividida pelo autor em dois períodos, a economia agroexportadora e a economia industrial, de acordo com a predominância de cada um desses elementos na reprodução da dependência, sem implicar a substituição total de um pelo outro.

Contudo, a crise europeia na primeira metade do século XX e, sobretudo, a crise nos países industriais avançados, como Inglaterra, França e Alemanha, gerou interrupções nos fluxos do comércio internacional nos quais estava inserida a economia dependente do Brasil, com reflexos na deterioração acentuada de trocas já radicalmente desiguais. A solução buscada pelo capital nacional foi a de, inicialmente, ampliar a escala de produção dos itens agrários exportados, o que contribuiu para depreciar ainda mais o valor dos produtos brasileiros, com a superprodução de alguns dos bens mais valiosos para a balança comercial nacional¹¹.

Em decorrência desse quadro, formou-se, progressivamente, no Brasil e em alguns outros países latino-americanos, um núcleo industrial autóctone, que visou assumir a centralidade da acumulação de capital nacional, ainda que sem suplantando de todo a participação dos produtos agrários, seja pela insuficiência, seja pela deficiência do processo de industrialização nacional e, de toda forma, pela dependência dele. No Brasil, esse ensaio de mudança no eixo da acumulação de capital apresentou resultados particularmente

¹⁰ A afirmação de Marx (1998, p. 202) é a seguinte: “O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número (de trabalhadores) e essas necessidades (de expansão do capital). O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo”.

¹¹ Talvez poucos exemplos possam ilustrar melhor esse período do que a decisão do governo brasileiro, em 1929, de incinerar milhares de sacas de café, em face da realidade de que o café passara a valer menos do que o valor necessário para mantê-lo estocado após o chamado *Crash* de 1929.

expressivos, tornando o país a nação mais industrializada da região. A explicação oferecida por Marini para esse fato parte dos pressupostos que ele já tinha estabelecido para a análise da economia agroexportadora, de que essas interrupções ocorreram na chamada *esfera alta da circulação*, na qual ocorrem as trocas comerciais dos setores dominantes e seus associados, isto é, onde os rendimentos estão, de forma geral, associados à atividade exportadora, e o consumo às importações¹².

Ou seja, por um lado, a imensa economia brasileira agroexportadora não conseguia mais se realizar, por conta da queda das exportações e depreciação de um valor de troca que, já de início, era profundamente desigual. Por outro, o consumo capitalista, realizado através das importações, também foi achatado, seja pela diminuição do ingresso de capital no país, seja pela turbulência econômica experimentada nos países centrais e consequente diminuição dos bens disponíveis para exportação. Esse momento da história nacional, que se assemelharia, em escala reduzida, com outros impulsos de ampliação do mercado interno, principalmente nos anos 1970 e 2010, apontava para a convergência da esfera alta para a esfera baixa da circulação e, portanto, em uma aproximação dos "termos ideais do padrão de desenvolvimento das economias centrais" (MESENTIER, 2012, p. 33) ou, como afirma Marini (1972, p. 167, tradução nossa), "parecia, assim, que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir e que o capitalismo dependente se orientava no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos". A periferia brasileira não se moveria, contudo, para o centro.

A breve interrupção das trocas comerciais com o centro dinâmico do capitalismo foi superada a partir dos anos 1945, com a reconstituição deste, agora sob a liderança incontestável dos Estados Unidos. A demanda preexistente, que impulsionara a ampliação da industrialização nacional pela insuficiência de mercadorias industrializadas

produzidas pelo centro europeu, com o deslocamento de capitais para o interior da economia dependente latino-americana, arrefeceu com a retomada industrial do centro capitalista e reconstituição dos fluxos internacionais de transferência de riqueza na direção periferia-centro. Portanto, a tendência geral da economia industrial do Brasil permaneceu inalterada em relação à economia exclusivamente agroexportadora, isto é, a de não disputar o valor entre as mercadorias exportadas em relação às mercadorias importadas, mas, sim, "compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador" (MARINI, 2011, p. 147). A esse recurso compensatório Marini denominou de *superexploração do trabalho*.

Conforme aponta Franklin (2019), a utilização do termo "superexploração", para tratar da situação de trabalhadores submetidos ao trabalho assalariado, remonta à primeira metade do século XX, muito antes, portanto, das formulações feitas por Marini. Nesse período, a expressão foi utilizada em sentido mais geral, para retratar a exploração maior que o normal ou, ainda, como sinônimo de ganância patronal desmedida, tendo sido mesmo empregada por alguns autores de influência marxista tanto para abordar a situação de grupos de trabalhadores marginalizados dentro dos países capitalistas avançados (negros, mulheres e jovens) quanto para versar sobre a elevada exploração da classe trabalhadora da periferia submetida ao capital dos países imperialistas (FRANKLIN, 2019).

Diz Marini (1967, p. 91, tradução nossa): "As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto do mais-valor criado pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, ou seja, submetendo-os a um processo de superexploração". O conceito de superexploração do trabalho constitui, assim, "o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão"

¹² Em oposição, a *esfera baixa da circulação* corresponde ao consumo de subsistência dos trabalhadores, que recebem baixos rendimentos pelo trabalho executado.

(MARINI, 1967, p. 91, tradução nossa).

Embora, à primeira vista, essa categoria possa ser compreendida como uma simples radicalização da extração de mais valia (mais valia absoluta¹³), isto é, apenas como um aumento da exploração *normalmente* esperada e, portanto, *aceitável*, é importante observar que, na América Latina, ela assume novas configurações, representando "o fundamento da economia dependente" (MARINI, 1972, p. 101, tradução nossa). Assim, a superexploração do trabalho é apresentada por Marini como uma realidade social configurada pelo pagamento de salários radicalmente inferiores ao valor da força de trabalho, impedindo que os trabalhadores se mantenham, recuperem-se e reproduzam-se em condições *normais* capitalistas. Isto é, na América Latina, os padrões de reprodução do capital e da força de trabalho não se dão conforme os padrões dos países que ocupam o centro do sistema a partir do século XX, tendo em vista que é somente através da superexploração que o capital nacional consegue manter as suas altas taxas de lucro em uma conjuntura marcada pela tendência geral de restrição ao desenvolvimento do mercado interno (ou subdesenvolvimento do mercado interno) e depreciação do valor de troca dos bens exportados em face das mercadorias importadas (ou troca desigual).

A superexploração não é somente causa, mas, também, uma consequência da forma como o capitalismo internacional se estrutura nas periferias e, especificamente, na América Latina. Por meio da superexploração, Marini identifica a ocorrência de duas modalidades distintas de transferência de valor, fundadas, em última instância, no monopólio tecnológico dos países que habitam o centro do sistema. A primeira, que se dá no sentido periferia-centro, isto é, das economias locais periféricas para a economia mundial central e, a segunda, que ocorre no sentido da

pequena e média burguesia para os monopólios internos, constituídos pela burguesia nacional, normalmente associada ao capital internacional em virtude da dependência tecnológica, ou, ainda, diretamente em relação ao próprio capital estrangeiro *nacionalizado*.

O resultado desse esquema econômico é que as transferências tornam-se ainda mais importantes para o desenvolvimento do sistema capitalista do que a própria expansão local de mais-valor, o que ajuda a explicar, em nosso entendimento, a aparente contradição entre um sistema nacional que visa ao lucro e, ao mesmo tempo, obstaculiza o desenvolvimento do mercado interno, radicalizando a desigualdade social e produzindo condições tais que o desenvolvimento centro-periferia torna-se radicalmente assimétrico, ampliando o risco de ocorrência de revoltas e desafios para o próprio sistema.

Além desses efeitos gerais, é possível citar outros bem específicos, relacionados à depreciação constante das práticas democráticas e para os sistemas de educação, ciência, tecnologia e de inovação na região, com rebatimento para o desenvolvimento político das instituições latino-americanas. Ou seja, a instabilidade democrática e os golpes de Estado seriam parte constitutiva do capitalismo na América Latina e não uma excepcionalidade – esta sim referida aos períodos de inclusão e ampliação do mercado interno, de fortalecimento democrático e de afirmação da soberania produtiva e popular.

Em suas últimas observações a respeito da realidade brasileira¹⁴, Marini apontou a necessidade de que fosse reacendido o interesse pela escola da dependência, cujas principais formulações tinham sido produzidas, principalmente, nos anos 1970, depurando-a

[...] seja de suas aderências funcionalistas e desenvolvimentistas, seja para avançar na

¹³ A superexploração é apresentada, assim, como "um caso anômalo de mais-valor absoluto" a despeito de parecer ser mais-valor relativo, um caso em que "a força de trabalho se remunera a um preço inferior ao seu valor real" (MARINI, 1967, p. 115-116, tradução nossa). Com a publicação de *Dialética da Dependência*, Marini (1972) desvincula a categoria da superexploração da categoria de mais-valor absoluto, apresentando-a como uma maior exploração da força física do trabalhador que resulta no pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho. Podemos dizer que nessa obra a superexploração alcança sua forma mais acabada, tendo os textos posteriores de Marini apenas contribuído para esclarecer e aprofundar o significado apresentado ali.

¹⁴ Marini faleceu em 1997, no Rio de Janeiro, vitimado por um câncer linfático que já há alguns anos vinha lhe impedindo de dar aulas e produzir adequadamente suas formulações teóricas, obrigando-o a passar vários meses convalescendo em razão dos efeitos da doença.

análise dos processos de reestruturação do capitalismo mundial, impulsionados pela globalização, com profundos impactos sobre sua economia política e o sistema interestatal (MARTINS, 2017, s.p.).

Democracia, dependência e autoritarismo: o Brasil em cena

Não foi possível a Marini (1972) analisar o Brasil pós-transição democrática, depois dos 21 anos de ditadura militar (1964-1985) instaurada após o golpe de Estado de 1964. Os processos iniciados durante a ditadura militar brasileira ecoaram no Estado pós-ditadura e em suas relações com a ordem social e econômica, notadamente no que se refere à redemocratização política e a liberalização econômica das décadas de 1980 e 1990 e que eles, por sua vez, também estão na raiz das limitações democráticas brasileiras contemporâneas.

Durante o período de 1964 a 1985, foi notável o fortalecimento da função executiva pela exacerbação do centralismo político. O poder executivo federal preponderou sobre outras funções do Estado, chegando mesmo a determinar o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais e das câmaras municipais. Só o Supremo Tribunal Federal não foi fechado.

Nesse contexto, as liberdades de expressão e de organização foram severamente limitadas. O próprio processo político restou engessado, com a adoção do bipartidarismo compulsório, formado pela governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo, inicialmente inofensivo, Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Da mesma forma, sindicatos, grêmios estudantis e outras organizações representativas foram extintas ou sofreram interferência do governo, com a nomeação de dirigentes alinhados à política do regime militar. Os meios de comunicação e as manifestações artísticas, quando críticas aos governantes ou à realidade socioeconômica, também foram reprimidos pela censura. Em sentido contrário, o regime militar pode contar, na maior parte do tempo, com o apoio decidido dos jornais mais vendidos do país, o que, em alguns casos,

representou mais do que a mera publicação de matérias simpáticas ao regime.

O período da ditadura militar também demarcou, dentro da lógica do sistema capitalista de produção, uma fase de grandes transformações na economia, de modernização da indústria e dos serviços, de concentração de renda, de abertura ao capital estrangeiro e do endividamento externo.

A predominância de tecnocratas civis ligados a empresários, ou dos próprios empresários atuando como tecnocratas – os tecno-empresários (DREIFUSS, 1980), levam parte da historiografia nacional a preferir o termo “ditadura militar”, atualmente dominante, em benefício de outro, que qualificaria a participação dos civis: “ditadura empresarial-militar”.

Conforme aponta Sallum Júnior (2003), a transição política brasileira começou com a crise de Estado de 1983-1984 e terminou com o governo Cardoso (1995-2002). É verdade que a ditadura militar já planejava a transição desde, pelo menos, o governo do penúltimo general-presidente Geisel (1974-1979), que preconizava uma distensão “lenta, gradual e segura” do regime, mas foi somente durante o governo do último ditador militar, Figueiredo (1979-1985) que a crise política e econômica do regime se intensificou de tal forma que tornou a transição política um fato inexorável.

Para Sallum Júnior (2003, p. 36), no ano de 2002 – no fim do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – o Estado ganhou “estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação, moderadamente liberal em assuntos econômicos e completamente identificado com a democracia representativa”, em um momento de transnacionalização do capitalismo (mundialização da economia direcionada por empresas transnacionais) e de “democratização da sociedade brasileira”.

Nesse sentido, ainda que de forma muito breve, torna-se importante recordar os sobressaltos capitalistas dos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), bem como

os resultados dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que governaram o país de 2003 a 2016, e durante os quais, do ponto de vista macroeconômico, foi mantido o arranjo definido pelo governo FHC, que envolvia o chamado tripé econômico: metas inflacionárias controladas, sobretudo, pela variação nas taxas de juros, câmbio flutuante (mas passível de intervenções localizadas) e ajuste fiscal.

Assim, as primeiras eleições presidenciais após o regime instituído em 1964 até a vitória de Lula da Silva escolheram, com apoio de grande parte do empresariado nacional, incluindo os grandes meios de comunicação, um presidente vinculado ao campo conservador e que apostava politicamente na reforma do Estado e na liberalização das importações como meio de estabilizar a economia nacional, então sofrendo com um processo de hiperinflação.

Embora se possa destacar inúmeros elementos que propiciaram a vitória de FHC, inclusive o anteriormente citado, dois elementos adicionais merecem destaque, conforme aponta Sallum Júnior (2003, p. 43), o Brasil de então experimentava um grande afluxo de capitais internacionais, movimento iniciado ainda no período Collor, com o "avanço do liberalismo econômico, no plano ideológico e institucional, e a rejeição a soluções autocráticas para a crise". A esse elemento se somou o sucesso inicial do Plano Real, de combate à hiperinflação, e que teve FHC como um de seus fiadores.

A instabilidade política, apesar de ainda presente, foi progressivamente superada pela polarização, de um lado, entre uma heterogênea aliança conservadora liderada por FHC, que congregava ex-militantes contra a ditadura e quadros do próprio regime e, de outro, o crescimento do prestígio do PT, superando e suplantando os trabalhistas do Partido Democrático Trabalhista (PDT) como a principal força política da esquerda nacional. Foram essas as "alavancas poderosas para a nova tentativa, realizada em 1994, de superar a crise de hegemonia que minava a socie-

dade brasileira desde o início da década de 1980" (SALLUM JÚNIOR, 2003, p. 43), numa espécie de princípio da universalidade que trouxe ordem ao descontrole político, social e econômico que se seguiu ao fim da ditadura de 1964.

Isto é, a partir de 1995, busca-se eliminar os resíduos do Estado varguista, que tem no Estado o ator central do desenvolvimento econômico e social do país, substituindo-o por novas formas de "regulamentar o mercado, seguindo um sistema multifacetado de ideias, cujo denominador comum era um liberalismo econômico moderado" (SALLUM JÚNIOR, 2003, p. 44), o que levou a um massivo processo de desestatização que, a nosso ver, nada teve de moderado.

Todas essas grandes transformações deram-se num contexto internacional de prevalência do chamado Consenso de Washington (1989), conjunto de medidas de cunho neoliberal elaboradas pelo Departamento de Tesouro Norte-Americano, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, essas duas últimas organizações reconhecidamente sob o comando dos Estados Unidos. Apesar das proclamações em contrário por parte dos apologistas neoliberais, que sustentavam que a eliminação da pobreza e da desigualdade extrema seria a consequência natural da abertura econômica em escala global, é que, pouco mais de década depois do Consenso, em 52 nações do mundo a pobreza tinha aumentado, e não diminuído¹⁵, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas publicado por United Nations Development Programme (UNDP, 2003).

No Brasil, os efeitos dessas políticas tornaram-se mais dramáticos a partir de 1999, quando o Banco Central, após utilizar grande parte das reservas internacionais do país, foi obrigado a abandonar o sistema de bandas cambiais, que previa limites de variação no câmbio, um dos pilares do Plano Real. Isso levou à desvalorização da moeda Real (R\$) diante das moedas de referência no mundo das transações internacionais, como o dólar, gerando inflação, afetando os contratos

¹⁵ François Houtart (2005), em *Neoliberalism and Poverty*, faz uma síntese sobre o fenômeno.

no exterior regulados por essas moedas, e deixando o país à beira da insolvência financeira. Conforme aponta Sallum Júnior (2003, p. 48), o quadro somente se agravaria nos anos seguintes, e o Brasil passou a ter "dificuldades para rolar as dívidas externa e interna".

Além disso, o processo de reorganização da economia durante a fase "democrática" não levou, necessariamente, ao aumento do espaço público de debates na sociedade brasileira. Em alguns casos, deu-se exatamente o contrário, como ocorreu com os sindicatos, fragilizados com as novas determinações do capitalismo mundializado (CHESNAIS, 1996) e das estratégias neoliberais adaptadas à realidade brasileira. Esse é um elemento de destaque a se considerar no que toca à questão democrática, no Brasil, pois foi por meio das lutas sindicais, associadas a outras lutas sociais (partidárias, de mulheres, da comunidade LGBTQI+ e de outros movimentos sociais), que foi possível atingir, nos anos 1980, e por intermédio da Constituição Federal de 1988, diversas conquistas para a população brasileira, por exemplo, a unificação do sistema de assistência e previdência social para trabalhadores urbanos e rurais, a vedação à discriminação salarial em razão de gênero etc.

Apesar da importância do parlamento no desenho legal e formalização dessas conquistas, a experiência de democracia de massa no Brasil é relativamente limitada e contida no tempo. Conforme aponta Pochmann (2012, p. 12), "somente a partir de 1930, por exemplo, que o país superou o estágio da democracia censitária, quando menos de um décimo do total da população votava". Essa expansão do número relativo de pessoas habilitadas a votar, sem dúvida, conquista nada desprezível num regime que se pretende democrático, contribuiu decisivamente para a obtenção das supramencionadas conquistas.

É possível adicionar, ainda, que o autoritarismo não é exclusivo, na história brasileira, dos períodos autoritários. Da mesma forma que a comunicação brasileira não foi democratizada após o fim da ditadura, e que os tecno-empresários da ditadura de 1964 continuaram controlando os

mais diversos aparelhos do Estado, inclusive no que se refere à condução da política econômica, os aparelhos de segurança também não foram reformados, mas sim transportados quase que sem ajustes do período repressivo para o período democrático, de maneira que uma das polícias que mais mata no mundo em meio a uma insolúvel crise de segurança pública de escala nacional é a mesma utilizada para a repressão a movimentos sociais no campo e na cidade.

O golpe de 2016 e os estreitos limites da democracia no Brasil

O golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017), que retirou a presidente Dilma Rousseff (PT) do poder, trouxe questões centrais do pensamento político brasileiro à ordem do dia, como o autoritarismo e os impasses à consolidação da democracia no Brasil. Esses temas foram centrais, sobretudo, na década de 1970, quando foram publicados trabalhos, hoje clássicos, que tinham como objetivo compreender o processo de modernização conservadora e, conseqüentemente, o regime autoritário instaurado em 1964, através de um golpe de Estado. Como exemplo da centralidade desses temas, podemos citar os trabalhos de Fernandes (2006), Faoro (2008) e Schwartzman (1988).

Nas décadas de 1980 e 1990, o tema do autoritarismo e as explicações do golpe cederam lugar para questões como sociedade civil, movimentos sociais, cidadania, participação, reforma do Estado, descentralização, desigualdade. Ou seja, a discussão girava em torno dos elementos necessários para consolidar e aperfeiçoar o regime democrático no Brasil. Com a promulgação da Constituição de 1988, somada a sete eleições seguidas para presidente da República, tivemos como suposto que o sistema democrático havia se consolidado, e que as tarefas necessárias deveriam ser aquelas voltadas para a consolidação do sistema, através do enfrentamento de dilemas como a profunda desigualdade social. Mas a dialética da dependência nos faz lembrar que a realidade foi bem distinta.

Certamente teria chamado a atenção de Marini

a estratégia dos governos petistas de complementar a política macroeconômica com intensa acumulação de reservas internacionais, como forma de combater eventuais ataques especulativos, bem como por ações voltadas ao fortalecimento do mercado interno, principalmente a partir de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família¹⁶, pela adoção de reajustes reais periódicos do salário-mínimo produzindo ganhos reais, pela expansão do crédito pessoal¹⁷ e por programas sociais voltados à população de baixa renda¹⁸.

Essa combinação teve como resultado, no primeiro mandato de Lula (2003-2006), a retomada do crescimento econômico, com uma taxa média de expansão anual do Produto Interno Bruto (PIB) em 4,2% nos seus dois mandatos, o que representou quase o dobro da média observada no período de 1995-2002 (2,42%). É interessante observar, também, que com a chamada crise dos *subprimes* (2007), nos Estados Unidos, e a crise financeira global subsequente, em 2008, o PIB apresentou uma variação negativa de 0,6% em 2009, mas com recuperação expressiva já em 2010, atingindo crescimento de 7,5%. No último ano da gestão Lula (2010), contudo, o crescimento baixou a 1,92%, impactado, principalmente, pela derrubada no preço dos produtos integrantes da pauta de exportação e da continuidade da crise internacional.

De toda forma, a expansão do consumo das camadas populares (classes C e D, no jargão mais atual) e o crescimento médio registrado associado às políticas sociais do governo impactou positivamente o mercado de trabalho, ampliando o consumo das camadas populares. Em janeiro de 2003, a taxa de desemprego era de 11,3%, em outubro de 2010 a taxa alcançou 6,1%, menor patamar registrado pela série histórica, sendo que os resultados econômicos e as estratégias dos governos Lula também impactaram na melhoria

dos indicadores de distribuição de renda e de redução da pobreza. O Índice de Gini, indicador fundamental na discussão sobre o tema da distribuição da renda, que em 2003 era de 0,59 atingiu, em 2009, a marca de 0,54. Rompeu-se com a tendência histórica de manutenção do elevado grau de concentração da renda (CURADO, 2011). Quanto à taxa de extrema pobreza, esta caiu de 11,49% em 2005 para, em 2009, 7,8% e, em 2012, 5,8%, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009). A taxa de pobreza seguiu o mesmo ritmo: despencou de 28,16%, em 2003, para 10,52% da população em 2012, conforme estudo do IPEA (IPEADATA, 2011).

Por mais uma vez na história republicana brasileira, parecia que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir e que o capitalismo nacional se reconfigurava na direção dos países centrais, com o Brasil passando à condição de sexta maior economia do mundo e com a diminuição das taxas de pobreza e de extrema pobreza, superando a Grã-Bretanha, em 2011 (BRASIL..., 2011) e com a diminuição das taxas de pobreza e de extrema pobreza.

Contudo, vários sinais apontavam em sentido contrário e prenunciavam a crise futura. Por exemplo, a pauta de exportações registrava uma dominância cada vez maior de produtos não industriais, tendência que vinha desde o governo Collor, e cujo ritmo foi apenas diminuído nos anos dos governos Lula, sem inversão da tendência. Cano (2012) demonstrou que esse fenômeno foi experimentado em toda a América Latina, que atingiu um percentual dramático de desindustrialização, principalmente a partir dos anos 1990, em virtude da aplicação de políticas econômicas de cunho neoliberal, levando a uma queda geral da participação da indústria de transformação no PIB para a região. Em 1980, a participação era de cerca de 24% (Argentina e México) e de 33%

¹⁶ Instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei federal n. 10.836 (BRASIL, 2004).

¹⁷ Como aponta Curado (2011, p. 96): "Em janeiro de 2003 a relação operação de crédito (setores público e privado) / PIB era de 23,94%. Em outubro de 2010 esta relação atingiu 47,25%".

¹⁸ Devem ser destacados os programas sociais voltados à população de baixa renda, como o Luz para todos, voltado para a eletrificação do campo, e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que aqueceu o mercado para as construtoras nacionais.

(Brasil). Os dados entre 2008 e 2010 regridem para aproximadamente 19% no México e na Argentina e a mais aguda, a do Brasil, para 14,6% em 2011.

A eleição presidencial de 2010, que levou ao poder Dilma Rousseff, do PT, indicava a continuidade do projeto econômico do governo Lula, e, até mesmo, em uma espécie de "aceleração do lulismo" (SINGER, 2015, p. 49), buscando o novo governo atacar, de início, o problema dos juros altos. Nessa direção, o governo Dilma buscou estabelecer políticas anticíclicas para combater a retração econômica que se anunciava, com a persistência da crise econômica mundial e queda geral do preço de *commodities*, cuja venda para o exterior era fundamental, via impostos, para o equilíbrio das contas do governo e manutenção do investimento público.

Assim, a nova matriz econômica adotada envolveu a redução de juros, tida como mudança estrutural fundamental, o que levou o Brasil a passar da condição de campeão mundial de juros, em 2011, a apresentar um índice relativamente baixo de juros no período 2012-2013 e, também, o uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o incremento de linhas de crédito a empresas, totalizando valores na casa dos R\$ 400 bilhões, sobretudo para a produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica; o lançamento do plano Brasil Maior, uma nova política industrial que previa investimentos de até R\$ 600 bilhões de reais, e que buscava promover a retomada do processo de industrialização nacional que, conforme visto anteriormente, apresentava tendência de declínio desde os anos 1980; e, em paralelo com a política de reindustrialização, desonerações na ordem de R\$ 42 bilhões aos empresários, através de diversas medidas que envolveram, por exemplo, desoneração do Imposto sobre Produtos Industriais e do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), além de favorecer a regularização tributária de grandes devedores; o Programa de Investimentos em Logística, que buscava estimular a inversão em rodovias e ferrovias; e a reforma no setor elé-

trico, que buscava baixar o preço da eletricidade não somente para o consumidor pessoa física, mas, igualmente, para a grande indústria, o que provocou reações internacionais.

Completava a nova matriz econômica a política de valorização do real (que, em relação ao valor de um dólar, passou de R\$ 1,65, no governo Lula, para R\$ 2,05, em maio de 2012), o que beneficiava as exportações; a adoção de controle dos fluxos de capitais estrangeiros, por meio, principalmente, de alterações na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e, por fim, medidas voltadas à proteção do produto nacional, que variaram desde alterações no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos importados, até a contratação massiva de navios-sonda pela Petrobras, de forma a manter em operação o setor de construção naval no país (SINGER, 2015).

Em agosto de 2011, contudo, a segunda fase da crise econômica se aprofundou, reeditando os piores momentos da primeira fase, em 2008. Nesse cenário, a articulação política do governo começa a apresentar os primeiros sinais de desgaste na base parlamentar aliada, e a implantação dos projetos do governo sofrem atrasos, tanto por dificuldades políticas quanto burocráticas. Destaque-se, também, a resistência do Banco Central do país que, embora ainda formalmente autônomo, era controlado, desde o período da ditadura militar, pelo que eufemisticamente se denomina de mercado (financeiro), ou, como preferia Dreifuss (1980), por tecno-empresários (tecnocratas empresários).

O resultado econômico global da crise foi que a tendência de redução do crescimento contaminou o sistema financeiro internacional a partir de 2012, com a China, maior parceiro comercial do Brasil, diminuindo, igualmente, as suas taxas de expansão: "De dois dígitos, entre 2001 e 2007, esta cai para 7,5% ao ano. O crescimento mundial diminui de 4,1%, em média ao ano, entre 2000-2008, para 2,9% de 2009 a 2014" (SINGER, 2015, p. 43). No Brasil, o crescimento no período de 2012-2013, caiu para a modestíssima média de 2,46% ao ano.

O governo seria, ainda, surpreendido com a eclosão, em maio de 2013, de uma série de protestos de rua que, progressivamente, assumiram volume massivo. Inicialmente convocado por um pequeno grupo de esquerda, o Movimento Passe Livre, tendo por pauta opor o aumento de R\$ 0,20 da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, as manifestações, por razões ainda em grande parte indeterminadas, cresceram fortemente em poucas semanas, chegando a arrastar milhões de pessoas para as ruas em centenas de cidades brasileiras.

Ao final, o movimento acabou hegemonizado por grupos conservadores, graças, em parte, à cobertura de grande mídia que se fez dele, bem como ao seu próprio caráter difuso e apartidário. O espalhamento dos protestos por todo o Brasil obrigou o governo federal a assumir uma postura de coordenação dos entes federados, propondo um pacto político com governadores de diferentes orientações e partidos. O pacto previa uma série de compromissos para a melhoria de serviços públicos nas áreas da saúde, transportes e educação, além de manutenção da responsabilidade fiscal – embora fosse difícil encontrar algum manifestante reivindicando esse último aspecto.

Os protestos refluíram a partir de outubro de 2013, sem, contudo, implicar o fim completo das manifestações de rua. De fato, em 2014 estava prevista a realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol e com ela novas mobilizações, agora sob o lema *Não vai ter Copa*.

Foi notável, durante o período de 2013-2016, o apoio financeiro de instituições internacionais, como a Ford Foundation, bem como de organizações nacionais, como a Fundação Gerdau, aos protestos de rua. Inicialmente conduzidos de forma aparentemente difusa, progressivamente os protestos passariam ao comando operacional de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, de variadas orientações ideológicas. Por exemplo, os protestos do *Não Vai Ter Copa*, bem como em apoio ao *impeachment* de

Dilma Rousseff, contaram com a organização do Movimento Brasil Livre (MBL), então uma representação informal do *think tank* estadunidense *Students for Liberty* (SLP), organização ligada à chamada Rede Atlas, fundada, em 1981, por Antony Fisher (1915-1988), um ex-piloto da Segunda Guerra Mundial e empresário britânico radicado nos EUA, responsável por apoiar a criação de mais de 150 instituições libertárias no mundo inteiro.

Membros da Rede Atlas estiveram diretamente envolvidos na organização da tentativa de golpe de Estado na Venezuela, em 2014, e na bem-sucedida derrubada do presidente eleito da Ucrânia, no mesmo ano. Em 1977, Fisher fundara, juntamente ao advogado William Casey, o Manhattan Institute, originalmente denominado The International Center for Economic Policy Studies (ICEPS), um *think tank* conservador baseado em Nova York, tendo por objetivo a defesa do livre mercado. Casey, o cofundador do Manhattan Institute, viria a se tornar, no período de 1981-1987, diretor-geral da Central Intelligence Agency (CIA) (RODRIGUES, 2022).

Pelo menos dois países, a Turquia e a Rússia, teriam feito chegar ao governo brasileiro suas percepções de que o Brasil estava sendo desestabilizado a partir do exterior. No caso da Turquia, ainda em 2013, o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan ligou para a presidenta brasileira para alertá-la quanto às similaridades dos protestos que estavam ocorrendo nos dois países, destacando a participação de manifestantes mascarados e a canalização de fundos a partir de instituições estrangeiras. Curiosamente, Erdoğan enfrentaria uma tentativa de golpe militar fracassada em junho de 2016, ao passo que Dilma Rousseff sofreria definitivamente o *impeachment* em agosto do mesmo ano. Quanto à Rússia, a presidente brasileira confirmou, em entrevista concedida ao jornalista Leandro Fortes (2021), que o alerta teria sido feito em contatos bilaterais realizados paralelamente a reuniões internacionais, no sentido de que havia em curso um golpe de Estado com o apoio dos EUA – uma espécie

de *guerra híbrida*¹⁹ contra o Brasil, na avaliação do presidente russo Vladimir Putin.

Não obstante a relevância dessas e de diversas outras ações desestabilizadoras – entre as quais a notória Operação Lava-Jato de combate à corrupção –, que contribuíram, de forma efetiva, para o sucesso do golpe de Estado de 2016, a derrubada do governo Dilma Rousseff e a tomada do Executivo pelo grupo de Temer, que governou de 2016 a 2018, bem como, posteriormente, para a prisão de Luís Inácio Lula da Silva (2018) e a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022), é sempre importante destacar, como o fez Oliveira (1977), que a subalternização da economia brasileira não é, ela própria, resultado de uma conspiração, mas sim da dialética emanada entre as necessidades materiais de acumulação e a escala dessas necessidades no sistema capitalista. Tal é a realidade posta, a nosso ver, para o terceiro governo Lula (iniciado em 2023) num cenário interacional de acirramento e convergência de diversas crises: política, econômica, social, ambiental etc.

A partir do golpe de 2016, os temas do autoritarismo e dos dilemas da democracia no Brasil voltaram com toda a força. Com isso, colocam-se os seguintes questionamentos: por que tivemos mais uma ruptura democrática? O golpe de 2016 assemelha-se ou não ao golpe de 1964? Possuímos uma essência autoritária que explica o momento atual? Qual o papel das elites no golpe? Qual a importância dos meios de comunicação e da direita para mais uma ruptura democrática?

Torna-se importante mencionar a recomposição histórica da direita brasileira, que foi um sujeito decisivo para a ruptura democrática, o pragmatismo do PT e os efeitos da criminalização do partido. Miguel (2019) apresenta como as mudanças internas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com a derrota de Aécio Neves nas eleições de 2014, e como o partido e os extremistas se tornaram oposição

ao PT. Elementos defendidos pelos participantes da extrema direita, como o libertarianismo, que confunde livre mercado com liberdade, e o fundamentalismo religioso, que elegeu líderes religiosos para o Parlamento e que têm postura de novos coronéis da política brasileira, também merecem atenção.

As vertentes da extrema direita nos levam a constatar que elas não possuem uma relação estanque ou mesmo de sobreposição, uma vez que representam a construção de um programa *sui generis* de direita para o Brasil, "segundo o qual o Estado deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover serviços, mas regular fortemente a vida privada em defesa da família tradicional, contra a homossexualidade e contra os direitos das mulheres" (MIGUEL, 2019, p. 105). Esse projeto, fruto da junção entre fundamentalismo religioso e presença da mídia alternativa, representou um elemento decisivo para a naturalização da desigualdade e da opressão. Os horrores que vivemos com os governos Temer e Bolsonaro, sobretudo com a pandemia de covid-19 que, associada à grave crise econômica que vimos enfrentando no mundo, de forma geral, reafirmam como nunca a nossa condição de dependência e de fragilidade democrática.

Podemos considerar que houve uma aliança eclética para destruir a democracia, ou seja, a ação da elite política que percebia a queda de Dilma Rousseff como oportunidade para barrar as investigação sobre corrupção (grupo liderado por Temer e outros personagens importantes do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), de segmentos ligados ao capital internacional, cujo objetivo é abrir os interesses nacionais ao capital internacional e que tem o PSDB paulista como núcleo, e setores do empresariado presentes no campo e na cidade (MIGUEL, 2019, p. 179). Ao mesmo tempo, reafirmamos que existe uma crise global da democracia, mas

¹⁹ Trata-se de um conceito militar de origem estadunidense "utilizado para descrever as novas guerras do século XXI" (COLOM, 2012, p. 49), também chamadas de guerras de quarta geração, guerras irregulares ou guerras ilimitadas. Em seu sentido atual, o conceito de guerra híbrida pode se referir tanto a um conflito que combine a utilização de meios convencionais, como forças armadas regulares, e meios não convencionais de natureza extremamente variada, como também a utilização exclusiva de meios não convencionais, como ataques cibernéticos encobertos, operações de desestabilização psicológica (Psychological Operations - PysOp), desinformação e, ainda, a utilização de aparatos institucionais do próprio Estado-alvo, como o Poder Judiciário (*lawfare*).

que, no Brasil, torna-se mais grave em virtude de nosso processo histórico, demonstrado pela nossa condição de capitalismo dependente e da aliança formada contra a democracia.

Considerações finais

Diante do exposto, é correto afirmar que a dependência econômica se configura como uma situação em que a economia de certos países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia que a subordina e a sujeita a seus interesses. Um dos reflexos desse arranjo é que países como o Brasil contribuem para que, nos países de capitalismo central, a acumulação de riquezas passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Por consequência, fenômeno inverso é registrado nas economias dependentes, em que a massa trabalhadora deve se sujeitar a formas mais radicalizadas de exploração a fim de manter, em nível avançado, o lucro das respectivas burguesias nacionais.

Periodicamente, a busca por um lugar melhor ao sol do capitalismo, de um novo e melhor posicionamento no comércio internacional, leva ao surgimento de propostas reformistas no Brasil, que buscam a criação de consensos internos, de frentes amplas, de contraditórias coalizações etc. Essas propostas reformistas, contudo, costumam ser esmagadas sob o peso de pressões imperialistas, mas, também, de suas próprias contradições internas em contextos de crise do capital, quando se agudizam os efeitos mais deletérios do esquema dependentista.

É inegável que existem diversos elementos de continuidade entre o processo que desencadeou a conjuntura pós-ditadura militar até o golpe de 2016 e a dinâmica de crise da democracia protagonizada pelo *bolsonarismo*. Mas existem diferenças substantivas entre a coalizão social e política que comandou o golpe de 2016 e o

bloco de poder que dirigiu o Estado brasileiro entre 2019-2022. Talvez o evento que melhor expresse tal descontinuidade seja a recuperação dos direitos políticos do presidente Lula (e sua terceira reeleição em 2022), e suas implicações para o futuro da nossa democracia. Entre continuidades e rupturas, *desdemocratização* galopante e reviravoltas inauditas, o olhar retrospectivo busca reconstruir a história recente de uma tragédia que permanece em aberto.

Tendo em vista a intrincada dialética em que se combinam as agendas regressivas impulsionadas pelo *impeachment*, que viriam a assumir novos contornos com o governo Bolsonaro, a heterogeneidade dos sujeitos que comandaram aquele processo e dos sujeitos do *bolsonarismo*²⁰, e os métodos arbitrários que marcaram o golpe de 2016 e a posterior escalada autoritária que vivenciamos, estudos sobre a fragilidade da democracia no Brasil são urgentes.

Embora a preservação da democracia seja ponto de preocupação permanente para o campo progressista no Brasil, a questão fundamental que se coloca, a nosso ver, é como reverter a tendência histórica de derrota das tentativas reformistas, mais ou menos bem-intencionadas, sob o peso duplo das forças internas e externas que mantêm o esquema da dependência, sem que se tenha no horizonte o rompimento dos laços de dominação que a configuram. *Quien se equivoca y no aprende, vuelve a estar equivocado* (VENAS..., 1987).

Referências

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BRASIL supera Grã-Bretanha e se torna 6ª maior economia, diz entidade. *BBC News Brasil*, [s. l.], 26 dez. 2011. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanhabrasil_ss. Acesso em: 22 set. 2023.

²⁰ O bolsonarismo, como movimento, é aliado de um movimento de maior tamanho, mundial, que criou líderes supremacistas brancos de classe média alta e que atuam na base do populismo digital. É, portanto, um movimento que estava reprimido desde a Constituição de 1988, a qual refletiu, em boa medida, o descontentamento de parte da sociedade com a ditadura militar e de maior inclusão social. O bolsonarismo é, assim, um fenômeno social de ressentimento dos discordantes e que é maior do que Jair Bolsonaro.

BRASIL. *Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei n. 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro 2003*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

CANO, Wilson. *A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, n. esp., p. 831-851, dez. 2012.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COLOM, Guillem. Aplicabilidade e limitações da guerra híbrida. *Revista Científica General José María Córdova*, Bogotá, v. 10, n. 10, p. 77-90, 2012.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula. *Economia & Tecnologia*, Curitiba, ano 7, v. esp., p. 91-103, 2011.

DAHL, Robert Alan. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FORTES, Leandro. Dilma fala sobre o telefonema de Putin alertando sobre o golpe. Youtube, 1 vídeo [9m6s]. Canal: DCM TV, 27 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DpoMnQYDOZ4&t=399s>. Acesso em: 13 out. 2023.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Monthly Review*, Nova Iorque, v. 18, n. 4, set. 1966.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. O que é superexploração? *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 689-715, set./dez. 2019.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. I.

HOUTART, François. Neoliberalism and poverty. In: FISK, Robert; COATES, Ken (ed.). *Inside the Crusader Fortress*. Nottingham: Spokesman Books, 2005. p. 52-58. Disponível em: www.spokesmanbooks.com/Spokesman/PDF/88Houtart.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

IPEA. *Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade*. Brasília, DF: IPEA, 2009.

IPEADATA. *Pesquisa por tema*. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 12 out. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Ciudad de México: Era, 1972.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. *Investigación Económica*, Ciudad de México, v. 29, n. 113, p. 87-104, jan. 1967.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/13/a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini/>. Acesso em: 10 set. 2023.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MEARSHEIMER, John J. *The Great Delusion: Liberal dreams and international realities*. New Haven: Yale University Press, 2018.

MESSENTIER, Allan Amaral Paes de. *A teoria da dependência em Ruy Mauro Marini: a construção de uma interpretação marxista para a América Latina*. 2012. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2128/1/AAPMesentier.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MONTEIRO, Lorena Madruga; MOURA, Joana Tereza Vaz de Moura; LACERDA, Alan Daniel Freire. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 38, p. 156-191, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

RODRIGUES, Vicente A. C. *O governo invisível e a democracia dependente*. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SALLUM JÚNIOR, Bráulio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, jun. 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff 2011-2014. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente; GOMES, Claudia. Capitalismo, Estado y políticas sociales en Brasil en tiempos de crisis. *Revista de Trabajo Social*, Santiago, n. 95, p. 115-128, 2021.

UNDP. *Human Development Report 2003*. Millennium Development Goals: A Compact Among Nations to End Human Poverty. New York: UNDP, 2003. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/human-development-report-2003-english.human-development-report-2003-english>. Acesso em: 15 out. 2023.

VENAS Abiertas. Intérprete: Mercedes Sosa. Compositores: Mario Schajris e Leo Sujatovich. In: VENGO a ofrecer mi corazón. Intérprete: Mercedes Sosa. Lima: Polygram, 1987. 1 disco vinil (3 m).

Inez Stampa

Pós-doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), professora associada da PUC-Rio.

Vicente A. C. Rodrigues

Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), pesquisador associado do Laboratório de Estudos Institucionais (LETACI), Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

Endereço para correspondência:

INEZ STAMPA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225
Vila dos Diretórios, casa 209
Gávea, 22451-045
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

VICENTE A. C. RODRIGUES

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade Nacional de Direito
R. Moncorvo Filho, 8
Centro, 20211-340
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.